



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Concurso Público para provimento de vagas em cargos efetivos da Carreira
de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Edital Nº 1065, de 26 de dezembro de 2018

PROVA DE CONTEÚDO ESPECÍFICO

Setor

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Candidato

PRISCILLA ALVES BATISTA

Frase

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda." Paulo Freire

Reescreva a frase

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda". Paulo Freire.

Nº Identificador

39008

"Se a educação quiser não transformar o ~~deficiente~~, sem
ela tempestade a ~~deficiente~~ muda." Paulo Freire

1 - Ao longo do tempo, os modelos educacionais relativos
à educação especial foram mudando. Segundo Fernandes
(1994), os médicos foram os primeiros a despertar para
a necessidade de escolarização das pessoas com deficiência.
Glat e Fernandes (2005) apontam que nos dias de hoje
já houve a mudança do modelo médico para o educa-
cional, em que as pessoas com deficiência passaram
a frequentar as escolas. Nessa perspectiva, o modelo
deveria se adaptar às crianças.

Apesar dos avanços, a educação especial atuava
como um serviço paralelo e não na década de 80 houve
a mudança desse paradigma. Surge o modelo da norma-
lização e integração, assim, a pessoa com deficiência deve
participar das mesmas atividades das demais. No ano de 2007,
o Plano de Desenvolvimento da Educação do Brasil à implanta-
ção de salas de recursos multifuncionais e de atendimentos edu-
cacionais especializados.

A partir de uma nova perspectiva, a pessoa com necessidade
educativa especial deve frequentar a classe regular e não
se restringir, por isso de um professor AEE, a sala de recur-
sos multifuncionais. Portanto, a educação deve atender às
necessidades de sua população, a mudança não é de alunos e as
instituições devem se preparar para receber a lógica
presa a ser de integração e de inclusão na classe comum.
(Montes, 2005).

Segundo Avelar (2017), cabe aos professores compreender, proble-
matizar e interpretar. A LDB (1996) diz que a insti-
tuição deve oferecer aos alunos recursos, métodos, recursos e
organizações específicas para atender às necessidades deles.
Nessa direção, as instituições devem seguir os princípios re-
legais que asseguram a educação de pessoas com neces-
sidades.

"Se a educação nos levar não transformamos a realidade, sem ela tornamos a realidade muda." Paulo Freire.

Docentes educadores especiais, oferecendo meios adequados à sua aprendizagem. Ao integrar esse aluno, há de se planejar suas adaptações curriculares a serem feitas: Para deficiência de mobilidade adaptações diferentes se for um aluno cego é necessário o Braille, se for surdo, o intérprete de libras, etc. Cada aluno é único e deverá ser atendido nas suas especificidades.

A inclusão, é necessária estar atente à diversidade e à inclusão em sala de aula. Adaptar as atividades para que todos possam cumprir-las. Se for um aluno com deficiência mental será necessário adaptar a atividade para o nível de compreensão do aluno, desenhos, etc. De acordo com Marchetti (2004), o currículo não deverá ser baseado nos conteúdos tradicionais e nos aspectos curriculares, deverá ser equilibrado. Não somente, deverá ser dada ênfase ao desenvolvimento social e pessoal e ao progresso do aluno. Auxiliar para a classificação, para ser quem é o melhor e o pior não faz parte de uma proposta inclusiva. Quando se fala em inclusão, não é possível uma avaliação homogênea, respectivamente.

A acessibilidade do aluno com necessidade educacional especial se dá em muitos aspectos. Para Pimenta (2017), há adaptações de grande e média porte. As de grande porte são as das instituições federais, estaduais e municipais. As de pequeno porte são as realizadas pelas professoras, que promovem recursos para a inclusão. Platt (2007) classifica as adaptações curriculares em significativas e não significativas. As não significativas são aquelas feitas pelo professor em sala e as significativas são as de caráter político-administrativo. Apesar do nome, todas são fundamentais para a efetiva inclusão.

"Se a educação nos leva não transforme a realidade, nem ela
temporária a realidade muda". Paulo Freire

Canais de fala em dimensão, o mecanismo das mudanças
nos movimentos, os sons de acento, nos sons de acento,
nos sons de acento, nos sons de acento, etc. (2007)
abordar os conceitos de tecnologias assistidas, adaptação de
materiais para que os alunos tenham independência, segurança
e suporte educacional. Apesar dos nomes, são mudanças simples
feitas em espaços, mas que auxiliam um aluno com
deficiência.

Por fim, Luckeri (2003) afirma que a escola mais
"regista" que "avalia", portanto é preciso ir além de corrigir
e classificar, não basta colocar o aluno na sala regular e
empurrar inclusive, não necessariamente adaptação para um
aluno indesejado.

2- A LDB estabelece capacitação dos professores em nível superior,
admitindo como formação mínima a modalidade normal. Outros
documentos apontam a necessidade de formação continuada para
professores de classe especial, AEE, itinerante ou até mesmo
regente. Tal necessidade ocorre devido à complexidade da educação
especial, pois há muitas deficiências, transtornos e questões espe-
cíficas que exigem de um estudo mais aprofundado. Segundo
Alat (2007), todos os profissionais da escola devem estar prepara-
dos para lidar com esse aluno. Isso inclui treinamentos, capacitações
envolvendo todos da escola. Neste sentido, o professor itinerante tem
grande papel, pois pode ir às escolas e apoiar os professores, o seu
papel é fundamentalmente orientar os profissionais das escolas.

Alat dá ênfase à atuação dos profissionais dentro das escolas,
o professor da sala de recursos (AEE) deve estar sempre em contato
com os do turno regular. Ambos devem conhecer sobre as dificulda-
des dos alunos, buscando juntos soluções e estratégias. É que
do mesmo modo, é a experiência do professor do turno regular, que

"Se a educação regular não transformar a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda." Paulo Freire

na maioria das vezes não tem formação continuada, e não sabe lidar com os
alunos com necessidades educacionais especiais. Portanto, é de suma
importância a integração dos AEE, itinerante e da classe especial que
com sua formação e experiência podem ajudar os professores da classe
regular. Porém, isso na prática nem sempre ocorre, ficando os professores
da rede regular desprezados e não integrados. A educação inclusiva
é uma responsabilidade de todos e não deve se restringir às salas de recursos
e às classes especiais. Os pontos positivos para a efetiva inclusão são os docu-
mentos que apontam a necessidade de formação continuada, o PDI de 2007 que
instituiu as salas de recursos como um apoio às classes regulares, a prática negativa
é a não integração dos professores e a falta de preparo dos professores das classes
regulares.

Devido à amplitude do termo "educação inclusiva", apesar das
fundadoras de Pedagogia e os cursos Normais terem disciplinas
específicas, é necessário um aprofundamento em cursos de aperfei-
çoamento e de pós-graduação. Também é necessário sempre estar
atualizados em relação às leis e mudanças, frequentando
cursos e treinamentos. "Educação inclusiva" é um termo que não
deixa espaço para a exclusão. Sempre haverá novas discus-
sões, novos estudos, novos paradigmas.

Perkins (2017) também aponta para a importância da formação
contínua, pois o professor é o agente principal da inclusão.
Cabe a ele: problematizar, compreender e integrar. Apesar dos estudos
normativos, a legislação ainda tem que avançar para que na prática
todos tenham preparo para lidar com os alunos com deficiência.
A formação continuada na área de inclusão deve ser obrigatória de
todos, já que os professores em alguns momentos terão que lidar com
dificuldades de aprendizagem em suas aulas. Ainda há que avançar
na área e partir dos exemplos com o INES e os Institutos Benjamin Constant,
até a primeira LDB, passando pela Constituição de 1988, que
estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na

"Se a educação não transformar a sociedade, sem ela
comprometo a sociedade muito." Paulo Freire.
Medo, mas muita coisa ainda tem que mudar.

3- A declaração de Salamanca foi um marco, pois estabeleceu
políticas públicas de educação inclusiva, além de promover a
maior participação dos educandos com deficiência. Ela precedeu a LDB e
ocorreu no ano de 1994. Nesta direção, Freire (2005) aponta "
crítico é que na experiência educacional, educandos e educadoras
juntos promovam de tal maneira que os valores que eles vão criando
são os mesmos" (Pedagogia da Autonomia). A mensagem que Freire deixa é:
"é preciso lembrar, não adianta no outro! Dentro dos processos educa-
cionais educandos e educadoras são se promovem, se transformam.
Este é o mote da educação inclusiva: promover, respeitar, se trans-
formar. Além no outro, uma dificuldade que também pode ser sua,
tudo não iguais! Todos podem aprender!"

Dentro desse contexto, muitas atividades podem ser propostas
de maneira que contemplem a todos. Uma classe efetivamente
inclusiva com o conceito de Vygotsky de Zona de Desenvolvimento
Proximal. Segundo esse conceito, educandos mais velhos ou que
tenham mais habilidades em determinados pontos atuam como elementos
mediadores para os outros. Dessa maneira, atividades em pequenos
grupos ou duplas são muito produtivas para pessoas com
deficiência.

Em uma turma de educação infantil, entre quatro e
cinco anos, que tenha um ou mais alunos com deficiência,
estruturar em pequenos grupos é muito benéfico. Se há
um aluno hiperativo, por exemplo, a atividade deverá ser feita
em um grupo de colegas mais calmos, que possam atuar como
elementos mediadores desse educando. Principalmente em
atividades que demandem atenção e minúcia como colorir,
desenhar, fazer trabalhos manuais. Em pequenos grupos, há
maior chance desse aluno hiperativo se concentrar e dos colegas

"Se a educação regular não transformar a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda." Paulo Freire

Quidam-est. A proposta é: desenvolver alguns projetos na sala de aula. A professora deverá organizar a turma em grupos de quatro alunos, orientando para as características comportamentais de cada grupo, e depois distribuir as folhas e colar colorido, pontilhado e metragem diversos. Paralelamente, os alunos hiperativos interagem e desenvolvem rapidamente, o que provoca nos outros com as instruções da professora, dos colegas.

Proposta Ensino Fundamental: A turma dos 5º ano de uma escola está estudando sobre sistema solar. Tem um aluno que tem deficiência intelectual e não está compreendendo a matéria. A professora, então, organiza um trabalho, dividindo a turma em grupos de seis alunos. Depois de alguns estudos essenciais, a escola em sua abordagem com aplicações de mapas que os guia, estes são muito abstratos. Sendo assim, o grupo desenvolve temas abstratos em materiais. Por isso, deverão imaginar e construir o sistema solar, junto desse aluno, para que ele possa tocar os planetas, sentir a dimensão deles em termos de tamanho.

Nas duas propostas apresentadas não os alunos com deficiência aprenderam, mas os outros também: aprenderam a lidar com as diferenças. Segundo Glat (2007), a deficiência é uma categoria socialmente construída que se torna incapacitante e restritiva. Portanto, não se deve procurar no aluno a matriz dos problemas, mas deve-se pensar no apoio que a escola dá. A metodologia educacional usada deve mudar ou mudar por força de ambiente social e físico em que se dá a instrução. Portanto, é mais do que melhorar os espaços de pais, educadores e da sociedade toda, mas efetivação da inclusão.